



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com

Michelle de volta à cena presidencial

Os áudios de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pedindo dinheiro a Daniel Vorcaro para a produção do filme sobre o pai podem mexer também com as eleições no DF. Até mesmo aliados do filho 01 criticaram abertamente ou nos bastidores o momento que pode dar fôlego maior para a reeleição do presidente Lula. Começa assim a retomada a possibilidade de uma ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) assumir a candidatura à Presidência da República. A mudança de planos pode aliviar a disputa ao Senado no DF que está embolada.

Ed Alves/CB/DA.Press



Minervino Júnior/CB/DA.Press



Presente

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) voltou a transitar no mundo jurídico desde que reassumiu a carteira da OAB. Ele tem ido a todas as cerimônias nos tribunais e não poderia deixar de participar da posse do amigo Nunes Marques, que assumiu a presidência do TSE na última terça-feira.

Felipe Sampaio/SCO/STF



Minervino Júnior/CB/DA.Press



Antes e depois

Desde que assumiu o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nunes Marques mudou bastante. O comentário de advogados que estiveram na solenidade e que não o viam há muito tempo foi como o magistrado está mais magro e com ar saudável. A toga da Suprema Corte fez bem.

Andressa Anholete/Agência Senado



Estranhamento

Profissionais de institutos de pesquisa estranharam os resultados divulgados ontem pela coluna do levantamento sobre intenções de votos do DF. A consulta foi encomendada pelo PL e registrada na Justiça Eleitoral, mas apresenta, segundo a avaliação desses pesquisadores, dados distantes da realidade do que vem sendo apurado em outros levantamentos, como a colocação do senador Izalci Lucas (PL-DF) como eventual candidato ao Palácio do Buriti. Ele aparece embolado entre os quatro primeiros colocados.

Resultado frustrado

Esses pesquisadores lembram que Izalci Lucas, candidato ao GDF em 2022, figurou numa das pesquisas na boca da eleição em situação de competitividade. Mas acabou com apenas 4,26%, atrás de Ibaneis Rocha (MDB), que se reelegeu no primeiro turno, com 50,3%; Leandro Grass, então no PV, com 26,25%; Paulo Octávio (PSD), com 7,47%; Coronel Moreno (PTB), com 5,68%; e Leila do Vôlei (PDT), com 4,26%.

Câmara aprova 30h para psicólogos

A luta das 30h para a psicologia foi concluída com vitória na Câmara dos Deputados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa aprovou ontem, por unanimidade, o PL nº 1214/2019, de autoria das deputadas federais Erika Kokay (PT-DF) e Natália Bonavides (PT-RN). O texto estabelece a jornada de trabalho de até 30 horas semanais para a categoria em todo o país. A proposta agora segue diretamente para revisão no Senado Federal.



Ed Alves/CB/DA.Press

Pedido especial

No Dia de Nossa Senhora de Fátima, ontem, o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, esteve na Igreja, na 307/308 Sul. Muito religioso, ele vai à missa todos os domingos e, como devoto de Nossa Senhora, em todos os dias 13 de maio, faz uma homenagem. À coluna, Nelson contou que ontem fez um pedido especial. Mas não revelou. Qual será?



Marcelo Ferreira/CB/DA.Press

"Flávio Bolsonaro, ouvir você cobrando dinheiro do Vorcaro é imperdoável. É um tapa na cara dos brasileiros de bem. Não adianta nada criticar as práticas de Lula e do PT e fazer a mesma coisa"

Ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que chegou a ser cotado para ser vice de Flávio Bolsonaro

"Que fique muito clara uma coisa: é um financiamento de um filme do pai. Não é dinheiro público. É financiamento e que seria pago após com a bilheteria do filme"

Deputado federal Alberto Fraga (PL-DF)



Alexandre Guzanhe/EM/DA.Press



Kayo Magalhães/Câmara

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SEGURANÇA PÚBLICA / Segundo a PMDF, a medida foi adotada para que possam ser concluídas a análise e as respostas aos questionamentos e pedidos de impugnação da licitação. Equipamento será acoplado ao uniforme de policiais militares

Compra de câmeras é suspensa

» LUIZ FELLIPE ALVES

O departamento de logística e finanças da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) suspendeu a licitação que previa a compra de câmeras corporais. Os equipamentos seriam incorporados às fardas dos policiais que atuam nas ruas para registrar as operações.

A medida foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial (DODF)*. Por meio de nota, a PMDF afirmou que a licitação não foi cancelada, mas suspensa de forma temporária. "A suspensão ocorreu para que possa ser concluída a análise e resposta dos pedidos de impugnação e esclarecimentos apresentados pelas empresas interessadas", disse.

Conforme a PM, devido ao nível de complexidade técnica do dispositivo e da quantidade elevada de questionamentos recebidos pelo órgão, não foi possível finalizar as respostas dentro do prazo previsto inicialmente. A corporação informou que as solicitações de impugnação — o ato jurídico de contestar, refutar ou se opor a documentos, provas, argumentos ou decisões dentro de um processo — são previstas em lei (14.133/2021).

A licitação aberta prevê a contratação de uma empresa especializada no uso desse tipo de dispositivo. Entre os requisitos para a

contratação estão: banda de conexão de rede suficiente para upload dos arquivos gerados e liberação de licenças para uso do software que gerencia o Sistema de Controle e Gestão de Evidências (SCGE) capacidade de acionamento remoto, bem como possibilidade de transmissão *livestreaming* — ao vivo — por LTE (Long Term Evolution); mais o Armazenamento em Nuvem dos arquivos que serão enviados à PMDF.

Na nota, a PMDF lembrou que a primeira suspensão foi feita pelo Tribunal de Contas do DF (TCDF), visando a adequações nos procedimentos. "As demais suspensões decorreram da necessidade de análise técnica e resposta aos questionamentos e impugnações apresentados pelas empresas participantes, considerando a alta complexidade do objeto licitado", ressaltou.

Ainda não há uma data prevista para a reabertura do pregão. De acordo com a PMDF, o processo será retomado assim que a área técnica concluir as respostas aos licitantes.

Debate

Para o especialista em segurança pública Leonardo Sant'Anna, o uso de câmeras corporais é fundamental para tirar a abordagem policial de uma esfera de

Ed Alves/CB/DA.Press



A aquisição das câmeras corporais foi aprovada na CLDF em 2021, e o processo licitatório começou em 2023

possibilidades, deixando apenas no campo dos fatos. "Elas registram exatamente o que aconteceu, protegendo o cidadão e o próprio policial", avalia.

O analista internacional comenta que a proteção gerada pela medida é importante para o principal cliente, o cidadão. "Para um popular, é uma garantia de que a abordagem pode ser revista de uma forma mais clara e com menos achismo", explica.

A proteção se estende para o agente de segurança, uma vez que o equipamento mostra a visão do policial. "A câmera corporal não é inimiga do policial, ela é uma aliada do bom policial. Em uma ocorrência mais complexa, por exemplo, a ação do agente pode ser esclarecida pelas filmagens registradas", acrescenta Sant'Anna.

Já para Marcelo Almeida, advogado especialista em direito militar, aponta preocupações, como

eventuais vazamentos e exposição de estratégias operacionais. "Não existe filtro na gravação, ao passo que diversas operações da Polícia Militar são realizadas em conjunto com o serviço de inteligência", detalha.

Outro aspecto apontado pelo advogado é que a realização de gravação pode influenciar tomadas de decisão. "Pode afetar de forma severa não apenas aquelas consideradas de alta tensão, mas todas, de forma geral", opina. "É indiscutível

que a vontade de atuação irá reduzir, podendo, em alguns casos, refletir diretamente nas estatísticas da segurança pública", acrescenta.

Histórico

A compra das câmeras corporais na PMDF é uma pauta antiga. Em 2021, ocorreu a primeira tramitação na Câmara Legislativa (CLDF), por meio do Projeto de Lei nº 2336/2021, do deputado Fábio Felix (PSol), para instituir o uso obrigatório desse equipamento em fardas e viaturas. Em 2023, a PMDF iniciou o processo de licitação para a compra dos equipamentos, no valor R\$ 22 milhões. Entretanto, a própria corporação interrompeu o andamento em outubro daquele ano.

Entre outubro de 2023 e o início de 2024, o TCDF manteve a suspensão, solicitando ajustes no edital e apontando questões técnicas e orçamentárias. Em agosto do ano passado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da CLDF aprovou o PL que obriga o uso das câmeras, com foco em operações, buscas e resistência à prisão.

No fim de 2025, a licitação foi reaberta pela PMDF, desta vez, com valor reduzido para R\$ 15,7 milhões. A estimativa foi definida após a atualização de requisitos técnicos, como a proibição de reconhecimento facial.